

CASSIO SCARPINELLA BUENO

Curso  
Sistematizado de  
**DIREITO  
PROCESSUAL  
CIVIL**

Procedimento comum:  
ordinário e sumário

**2** *Tomo*  
I

7ª edição  
revista e atualizada

2014



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP  
 CEP 05413-909  
 PABX: (11) 3613 3000  
 SACJUR: 0800 055 7688  
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30  
 saraivajur@editorasaraiva.com.br  
 Acesso: www.editorasaraiva.com.br/direito

#### FILIAIS

##### AMAZONAS/RONDÔNIA/ROREIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 – Centro  
 Fone: (92) 3633-4227 – Fax: (92) 3633-4782 – Manaus

##### BAHIA/SERGIPE

Rua Agrícola Dória, 23 – Brotas  
 Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895  
 Fax: (71) 3381-0959 – Salvador

##### BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Clara, 2-55/2-57 – Centro  
 Fone: (14) 3234-5643 – Fax: (14) 3234-7401 – Baurur

##### CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomena Gómes, 670 – Jacarecanga  
 Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384  
 Fax: (85) 3238-1331 – Fortaleza

##### DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 – Setor de Indústria e Abastecimento  
 Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951  
 Fax: (61) 3344-1709 – Brasília

##### GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 – Setor Aeroporto  
 Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806  
 Fax: (62) 3224-3016 – Goiânia

##### MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 – Centro  
 Fone: (67) 3382-3682 – Fax: (67) 3382-0112 – Campo Grande

##### MINAS GERAIS

Rua Almir Parahib, 449 – Legião  
 Fone: (31) 3429-8300 – Fax: (31) 3429-8310 – Belo Horizonte

##### PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagás, 186 – Batista Campos  
 Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038  
 Fax: (91) 3241-0499 – Belém

##### PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 – Prado Velho  
 Fone/Fax: (41) 3332-4894 – Curitiba

##### PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 – Boa Vista  
 Fone: (81) 3421-4246 – Fax: (81) 3421-4510 – Recife

##### RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 – Centro  
 Fone: (16) 3610-5843 – Fax: (16) 3610-8284 – Ribeirão Preto

##### RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 – Vila Isabel  
 Fone: (21) 2577-9494 – Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565  
 Rio de Janeiro

##### RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 – Farrapos  
 Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567  
 Porto Alegre

##### SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 – Barra Funda  
 Fone: PABX (11) 3616-3666 – São Paulo

102.026.007.001

964034

ISBN 978-85-02-06729-5 obra completa  
 ISBN 978-85-02-21819-2 volume 2, tomo I

Bueno, Cassio Scarpinella

Curso sistematizado de direito processual civil:  
 procedimento comum: ordinário e sumário, vol. 2, tomo I /  
 Cassio Scarpinella Bueno. – 7. ed. rev. e atual. – São  
 Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia.

1. Processo civil I. Título.

CDU-347.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9

*Diretor editorial* Luiz Roberto Curia

*Gerente editorial* Thaís de Camargo Rodrigues

*Assistente editorial* Poliana Soares Albuquerque

*Produtora editorial* Clarissa Boraschi Maria

*Preparação de originais* Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Flavia Gutterres Falcão de Oliveira

*Projeto gráfico* Laís Sariano

*Arte e diagramação* Jessica Siqueira

*Revisão de provas* Amélia Kassis Ward

Paula Brito Araújo

*Serviços editoriais* Marília Cordeiro

Tatiana dos Santos Romão

*Capa* Muiraquitã Editoração Gráfica

*Produção gráfica* Marli Rampim

*Impressão* Assahi Gráfica

*Acabamento* Assahi Gráfica

Data de fechamento da edição: 4-11-2013

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

<i>Abreviaturas</i> .....	9
<i>Nota à 7ª edição</i> .....	25
<i>Nota à 6ª edição</i> .....	27
<i>Nota à 5ª edição</i> .....	29
<i>Nota à 4ª edição</i> .....	31
<i>Nota à 3ª edição</i> .....	35
<i>Nota à 2ª edição</i> .....	37

## INTRODUÇÃO

1. O chamado “processo de conhecimento” .....	39
2. Do “processo de conhecimento” ao procedimento comum (ordinário e sumário) .....	41
3. As “fases” do procedimento comum ordinário como paradigma de estudo .....	42

## PARTE I – COMPETÊNCIA

<b>Capítulo 1 – Introdução</b> .....	47
1. Considerações iniciais .....	47
2. Critérios de classificação da competência .....	49
2.1. Competência absoluta e competência relativa .....	50
2.2. Outros critérios classificatórios da competência .....	51
3. Competência internacional e competência interna .....	54
<b>Capítulo 2 – Competência interna</b> .....	57
1. Considerações iniciais .....	57
2. Regras de competência na Constituição Federal .....	57
2.1. Supremo Tribunal Federal .....	58
2.2. As “justiças especiais” .....	59
2.3. A competência da Justiça Federal de primeira instância .....	61
3. Regras de identificação de competência do Código de Processo Civil: competência de foro .....	68
4. Competência de juízo .....	73
4.1. Competência dos Juizados Especiais Cíveis .....	75

5. Estabilização da competência ( <i>perpetuatio jurisdictionis</i> ) .....	77
<b>Capítulo 3 – Modificação da competência .....</b>	<b>79</b>
1. Considerações iniciais .....	79
2. Conexão .....	79
3. Continência .....	81
4. Vontade das partes: foro de eleição .....	82
5. Vontade do réu .....	83
6. Prevenção .....	83
7. Declaração de incompetência .....	87
7.1. A nulidade da cláusula de eleição de foro .....	89
<b>Capítulo 4 – Conflito de competência .....</b>	<b>93</b>
1. Considerações iniciais .....	93
2. Procedimento .....	93
3. Competência e julgamento .....	94

## PARTE II – FASE POSTULATÓRIA

<b>Capítulo 1 – Petição inicial .....</b>	<b>99</b>
1. Considerações iniciais .....	99
2. Elementos da petição inicial .....	99
3. Visão panorâmica do art. 282 .....	100
4. Competência .....	101
5. Partes .....	102
5.1. Qualificação do autor e do réu .....	103
5.2. Pluralidade de partes (litisconsórcio) .....	104
6. Causa de pedir .....	104
7. Pedido .....	106
7.1. Pedido certo e determinado .....	108
7.1.1. Pedido genérico .....	109
7.1.2. Especialmente o art. 285-B .....	111
7.2. Cumulação de pedidos .....	113
7.2.1. Regras para a cumulação de pedidos .....	116
7.2.2. Cumulação subjetiva .....	119
7.2.3. Cumulação de pedidos pelo réu .....	119
7.3. Pedido cominatório .....	120
7.4. O pedido e as obrigações alternativas .....	120
7.5. Especificamente as obrigações indivisíveis .....	122
7.6. Pedidos “implícitos” e efeitos <i>anexos</i> da sentença .....	123
7.7. Interpretação restritiva do pedido .....	127
7.8. Alteração do pedido .....	128
7.8.1. Limite procedimental da alteração do pedido .....	128

8. Valor da causa .....	129
8.1. Critérios codificados para o valor da causa .....	130
9. Provas .....	131
9.1. Juntada de documentos com a petição inicial .....	132
9.2. Documentos em poder do réu .....	134
9.3. Ausência de documentos indispensáveis .....	134
9.4. Documentos originais e em cópia .....	134
10. Citação .....	135
11. Antecipação da tutela .....	136
12. Assinatura do advogado .....	136
13. Outros elementos da inicial .....	137
14. Distribuição da petição inicial .....	138
15. Irregularidades na petição inicial .....	139
<b>Capítulo 2 – Juízo de admissibilidade da petição inicial .....</b>	<b>140</b>
1. Considerações iniciais .....	140
2. Juízo positivo de admissibilidade: o recebimento da inicial .....	141
2.1. O mandado de citação .....	141
2.1.1. Irregularidades no mandado de citação .....	142
2.2. Efeitos materiais da citação .....	143
2.3. Efeitos processuais da citação .....	146
2.4. Recurso do recebimento da inicial .....	146
3. Juízo negativo de admissibilidade: rejeição da inicial com fundamento no art. 295 .....	147
3.1. Apelação da sentença que indefere a inicial nos casos do art. 295 (art. 296) .....	149
3.2. O indeferimento da petição inicial nos casos do art. 285-A .....	150
3.2.1. Matéria controvertida unicamente de direito .....	152
3.2.2. Sentença de total improcedência em casos idênticos .....	153
3.2.3. Repetição da sentença de improcedência .....	154
3.2.4. A apelação do autor .....	154
3.2.5. A citação do réu .....	155
4. Juízo neutro de admissibilidade: emenda ou complementação da petição inicial .....	155
4.1. Emendas sucessivas .....	157
4.2. Prorrogação do prazo .....	157
<b>Capítulo 3 – Defesas do réu .....</b>	<b>159</b>
1. Considerações iniciais .....	159
2. Contestação .....	160
2.1. O princípio da concentração da defesa .....	161
2.2. Defesas processuais .....	163
2.2.1. Inexistência ou nulidade da citação .....	165

2.2.2. Incompetência absoluta .....	165
2.2.3. Inépcia da petição inicial .....	166
2.2.4. Perempção, litispendência e coisa julgada .....	167
2.2.5. Conexão .....	167
2.2.6. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de auto- rização .....	168
2.2.7. Convenção de arbitragem .....	168
2.2.8. Carência de ação .....	169
2.2.9. Falta de caução ou de outra prestação, que a lei exige como pre- liminar .....	170
2.2.10. Outras “preliminares” .....	170
2.3. Defesas substanciais .....	171
2.4. Prazo para contestação .....	175
3. Exceções .....	176
3.1. Exceção de incompetência .....	179
3.1.1. A apresentação da exceção de incompetência .....	181
3.2. Exceção de impedimento e suspeição .....	182
4. Reconvenção .....	184
4.1. Pressupostos da reconvenção .....	189
4.2. O procedimento da reconvenção .....	191
4.3. O julgamento da reconvenção .....	192
<b>Capítulo 4 – Outros comportamentos do réu .....</b>	<b>194</b>
1. Considerações iniciais .....	194
2. Pedido incidental de declaração .....	194
3. Desmembramento do litisconsórcio .....	198
4. Nomeação à autoria .....	198
5. Denúnciação da lide .....	198
6. Chamamento ao processo .....	199
7. Impugnação ao valor da causa .....	199
8. Incidente de falsidade documental .....	200
9. Exibição de documento ou coisa .....	202
10. Justiça gratuita .....	202
11. Revelia .....	203
12. Reconhecimento jurídico do pedido .....	206
13. Dinâmica das respostas do réu .....	207

### PARTE III – FASE ORDINATÓRIA

<b>Capítulo 1 – Providências preliminares .....</b>	<b>211</b>
1. Considerações iniciais .....	211
2. A identificação das providências preliminares .....	212
3. Contestação do réu .....	213

4. Exceções .....	216
5. Reconvenção .....	216
6. Revelia .....	217
7. Pedido incidental de declaração .....	218
8. Litisconsórcio e intervenção de terceiros .....	219
9. Impugnação ao valor da causa .....	220
10. Incidente de falsidade .....	221
11. Justiça gratuita .....	221
12. Reconhecimento jurídico do pedido .....	221
13. Especificamente o saneamento do processo .....	222
14. A estabilização da demanda .....	225
<b>Capítulo 2 – Julgamento conforme o estado do processo .....</b>	<b>227</b>
1. Considerações iniciais .....	227
2. Extinção do processo .....	228
3. Julgamento antecipado da lide .....	230
3.1. O inciso I do art. 330 .....	230
3.2. O inciso II do art. 330 .....	231
3.3. Julgamento antecipado da lide e antecipação da tutela jurisdicional ....	232
4. Audiência preliminar .....	233
4.1. Hipóteses de realização da audiência preliminar .....	235
4.2. O fim da “fase <i>ordinatória</i> ” e o início da “fase <i>instrutória</i> ” .....	237

## PARTE IV – FASE INSTRUTÓRIA

<b>Capítulo 1 – Teoria geral das provas .....</b>	<b>243</b>
1. Considerações iniciais .....	243
2. Conceito, delimitação do tema e classificações .....	244
3. Prova e cognição judicial .....	246
4. Sistemas de avaliação da prova .....	248
5. Presunções e indícios .....	249
6. Os princípios relativos às provas .....	250
7. Objeto da prova .....	254
8. Ônus da prova .....	255
9. Meios de prova .....	258
10. A dinâmica da prova .....	259
<b>Capítulo 2 – Depoimento pessoal .....</b>	<b>263</b>
1. Considerações iniciais .....	263
2. Interrogatório .....	264
3. O depoimento pessoal (propriamente dito).....	264
4. O depoimento por iniciativa da própria parte .....	265
5. A produção do depoimento .....	266
6. Recusa do depoimento pessoal .....	268

<b>Capítulo 3 – Confissão .....</b>	<b>269</b>
1. Considerações iniciais .....	269
2. Classificação .....	270
3. A produção da confissão .....	271
4. A indivisibilidade da confissão .....	271
5. A anulação da confissão .....	272
6. Abrangência da confissão .....	273
<b>Capítulo 4 – Exibição de documento ou coisa .....</b>	<b>274</b>
1. Considerações iniciais .....	274
2. Exibição requerida em face da parte contrária .....	275
3. Exibição requerida perante terceiro .....	278
4. Exibição determinada de ofício .....	280
<b>Capítulo 5 – Prova documental .....</b>	<b>282</b>
1. Considerações iniciais .....	282
2. A prova documental classificada quanto à sua autoria .....	285
2.1. Documentos públicos e privados .....	285
2.2. Documentos autênticos e não autênticos. Cópias de documentos .....	287
2.3. Documentos autógrafos e heterógrafos .....	288
3. Produção da prova documental .....	289
4. Incidente de falsidade documental .....	290
4.1. Campo de incidência da arguição de falsidade .....	291
4.2. Procedimento da arguição de falsidade .....	292
<b>Capítulo 6 – Prova testemunhal .....</b>	<b>295</b>
1. Considerações iniciais .....	295
2. A pertinência da prova testemunhal .....	295
3. Testemunhas .....	297
4. A produção da prova testemunhal .....	298
4.1. Casos excepcionais de oitiva das testemunhas .....	300
5. A inquirição da testemunha .....	300
<b>Capítulo 7 – Prova pericial .....</b>	<b>303</b>
1. Considerações iniciais .....	303
2. O perito .....	304
2.1. A imparcialidade do perito .....	306
3. Os assistentes técnicos .....	307
4. A produção da prova pericial .....	307
5. A dispensa da perícia .....	310
6. A análise da perícia pelo juiz .....	310
7. As despesas com a perícia .....	311
<b>Capítulo 8 – Inspeção judicial .....</b>	<b>313</b>
1. Considerações iniciais .....	313
2. Objeto da inspeção judicial .....	314



3. Inspeção judicial e perícia .....	314
4. Produção da inspeção judicial .....	315
5. O “princípio da identidade física do juiz” e a inspeção judicial .....	316

## **Capítulo 9 – Audiência de instrução e julgamento ..... 318**

1. Considerações iniciais .....	318
2. Abertura e adiamento da audiência .....	320
3. Conciliação .....	321
4. Instrução e debates .....	321
5. Julgamento .....	323

## **PARTE V – FASE DECISÓRIA**

### **Capítulo 1 – Sentença ..... 327**

1. O conceito legal de sentença .....	327
1.1. A sentença e a sua função processual .....	328
1.2. Sentença e “processo de conhecimento” e “processo de execução” .....	329
2. Momentos em que a sentença pode ser proferida .....	331
3. Os possíveis conteúdos da sentença .....	332
3.1. Sentenças <i>terminativas</i> (art. 267) .....	332
3.1.1. Indeferimento da inicial .....	334
3.1.2. Paralisação do processo .....	334
3.1.3. Ausência de pressupostos processuais de existência e validade e ocorrência de pressupostos processuais negativos .....	336
3.1.4. Ausência de condições da ação .....	336
3.1.5. Convenção de arbitragem .....	338
3.1.6. Desistência da ação .....	339
3.1.7. “Intransmissibilidade” da ação .....	340
3.1.8. Confusão entre autor e réu .....	341
3.1.9. Outros casos .....	341
3.2. Sentenças <i>definitivas</i> (art. 269) .....	342
3.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido .....	344
3.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido .....	345
3.2.3. Transação .....	345
3.2.4. Decadência ou prescrição .....	346
3.2.5. Renúncia do direito sobre o qual se funda a ação .....	346
4. A sentença como ato processual .....	347
4.1. Os elementos essenciais da sentença .....	348
4.2. Outros elementos da sentença .....	350
4.3. Ausência de algum elemento da sentença .....	351
5. Capítulos da sentença .....	352
6. Correlação entre pedido e sentença .....	353
6.1. Vícios da sentença .....	354

6.2. Pedido certo e sentença ilíquida .....	355
6.3. Sentença e relação jurídica condicional .....	357
7. A sentença e os fatos e o direito supervenientes .....	357
7.1. Fato novo e o autor .....	358
7.2. Fato novo e o réu .....	359
7.3. Direito novo .....	359
7.4. Aplicação do art. 462 no âmbito dos Tribunais .....	360
7.5. O art. 462 e a sucumbência .....	360
8. O “princípio da invariabilidade da sentença” .....	360
8.1. O art. 463, <i>caput</i> , depois da Lei n. 11.232/2005 .....	362
8.2. Inexatidões materiais ou erros de cálculo .....	363
8.3. Embargos de declaração .....	364
8.4. Embargos de declaração e erros materiais ou de cálculo .....	365
9. Efeitos principais da sentença .....	365
9.1. Os arts. 466-A a 466-C .....	366
10. Efeitos anexos da sentença .....	369
10.1. Hipoteca judiciária .....	369
10.2. Outros efeitos anexos da sentença .....	370
11. Efeitos reflexos da sentença .....	372
<b>Capítulo 2 – Coisa julgada .....</b>	<b>373</b>
1. Considerações iniciais .....	373
2. Coisa julgada formal e coisa julgada material .....	376
3. Funções positiva e negativa da coisa julgada .....	377
4. Os limites objetivos da coisa julgada .....	377
4.1. A eficácia preclusiva da coisa julgada: o “princípio do dedutível e do deduzido” .....	379
4.2. A justiça da decisão .....	380
4.3. Coisa julgada e cognição jurisdicional .....	381
5. Limites subjetivos da coisa julgada .....	383
6. Limites temporais da coisa julgada .....	385
7. Meios de contraste da coisa julgada .....	387
7.1. A relativização da coisa julgada .....	389

## PARTE VI – PROCEDIMENTO SUMÁRIO

<b>Capítulo 1 – Introdução .....</b>	<b>395</b>
1. Considerações iniciais .....	395
2. Hipóteses de cabimento do procedimento sumário .....	396
2.1. Ainda as hipóteses de cabimento do procedimento sumário: os Juizados Especiais .....	398
<b>Capítulo 2 – Fase postulatória .....</b>	<b>405</b>
1. Petição inicial .....	405

2. Citação e audiência preliminar .....	406
3. As respostas do réu .....	408
<b>Capítulo 3 – Fases ordinatória, instrutória e decisória .....</b>	<b>412</b>
1. Atividade ordinatória e julgamento conforme o estado do processo .....	412
2. Audiência de instrução e julgamento .....	413
<b>Capítulo 4 – Peculiaridades procedimentais .....</b>	<b>416</b>
1. Atos processuais não admitidos no procedimento sumário .....	416
2. Aspectos recursais .....	418
3. Conversão do procedimento sumário em ordinário .....	418

## PARTE VII – PLURALIDADE DE PARTES E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

<b>Capítulo 1 – Introdução .....</b>	<b>423</b>
1. Explicação inicial .....	423
2. Premissas necessárias .....	423
2.1. Direito material e direito processual .....	424
2.2. Partes e terceiros: apresentação de um critério distintivo útil .....	424
2.3. O fenômeno da intervenção de terceiros no Código de Processo Civil..	426
2.4. Efeitos reflexos das decisões jurisdicionais e coisa julgada .....	427
2.5. Princípio da economia e da eficiência processuais .....	428
3. Legitimação ordinária e extraordinária .....	429
3.1. Substituição processual e sucessão processual .....	431
<b>Capítulo 2 – Litisconsórcio .....</b>	<b>434</b>
1. Considerações iniciais .....	434
1.1. As classificações do litisconsórcio .....	435
1.2. O litisconsorte como “parte plúrima” .....	436
2. Litisconsórcio facultativo .....	437
2.1. Hipóteses de litisconsórcio facultativo .....	437
2.2. O parágrafo único do art. 46: a <i>limitação</i> do litisconsórcio facultativo ....	440
2.3. Litisconsórcio facultativo sucessivo, alternativo ou eventual .....	442
2.4. Intervenção litisconsorcial voluntária .....	445
3. Litisconsórcio necessário e litisconsórcio unitário .....	447
3.1. A ausência de participação de litisconsorte necessário e a “ineficácia” da sentença .....	448
3.2. A arguição da ausência do litisconsorte necessário .....	449
3.3. A ausência do litisconsorte necessário: a intervenção por determinação judicial .....	449
3.4. A legitimidade dos cônjuges em juízo .....	451
4. O art. 48 e o princípio da autonomia dos litisconsortes .....	454
4.1. O art. 48 e o litisconsórcio unitário .....	456

4.2. A diversidade de procuradores e o litisconsórcio .....	457
<b>Capítulo 3 – Assistência .....</b>	<b>459</b>
1. Considerações iniciais .....	459
2. O interesse jurídico do assistente: a assistência simples e a litisconsorcial ....	461
3. O pedido de assistência .....	462
4. A atuação processual do assistente .....	463
5. O assistente e a coisa julgada .....	464
6. A justiça da decisão .....	466
7. O recurso de terceiro prejudicado e a assistência .....	467
<b>Capítulo 4 – Oposição .....</b>	<b>468</b>
1. Considerações iniciais .....	468
2. A apresentação da oposição .....	469
3. A citação dos opostos .....	470
4. Litisconsórcio entre os opostos .....	471
5. Julgamento .....	471
<b>Capítulo 5 – Nomeação à autoria .....</b>	<b>473</b>
1. Considerações iniciais .....	473
2. Hipóteses de cabimento .....	474
3. A nomeação à autoria como dever do réu .....	475
4. O pedido de nomeação à autoria .....	476
5. A recusa do nomeado .....	477
6. A aceitação do nomeado pelo autor .....	478
<b>Capítulo 6 – Denúnciação da lide .....</b>	<b>479</b>
1. Considerações iniciais .....	479
2. Obrigatoriedade da denúnciação da lide .....	480
3. Hipóteses de cabimento .....	481
4. Procedimento .....	484
5. A denúnciação sucessiva da lide .....	486
6. O comportamento processual do denunciado .....	487
7. Julgamento .....	488
7.1. As verbas de sucumbência .....	491
<b>Capítulo 7 – Chamamento ao processo .....</b>	<b>493</b>
1. Considerações iniciais .....	493
2. A finalidade do instituto .....	494
3. Hipóteses de cabimento .....	495
3.1. O devedor de alimentos e o art. 1.698 do Código Civil .....	496
3.2. As seguradoras e o parágrafo único do art. 788 do Código Civil .....	499
4. Procedimento .....	500
5. O litisconsórcio entre os chamados .....	500

6. O autor não pode chamar ao processo .....	501
7. Chamado ao processo, efeitos da sentença e coisa julgada .....	502
<b>Capítulo 8 – Amicus curiae .....</b>	<b>503</b>
1. Considerações iniciais .....	503
2. O <i>amicus curiae</i> como um fiscal da lei .....	504
3. A previsão do <i>amicus curiae</i> no ordenamento jurídico brasileiro .....	506
4. Atividade processual .....	508
<i>Apêndice 1 – Pequeno Glossário de Direito Processual Civil .....</i>	<i>511</i>
<i>Apêndice 2 – Uma breve incursão no “novo Código de Processo Civil” .....</i>	<i>515</i>
<i>Bibliografia consultada .....</i>	<i>519</i>
<i>Sites consultados .....</i>	<i>541</i>